

O SOBREVIVENTE

Fernando Martins

PAUL PRESTON

Juan Carlos.

O Rei de Um Povo

Lisboa,
Quetzal Editores,
2004, 494 páginas

Enquanto escrevia este pequeno texto, adensavam-se rumores segundo os quais a princesa das Astúrias, Letizia Ortiz, visitava regularmente o Instituto Valenciano de Fertilidad. Fá-lo-ia para se submeter a tratamentos que resolvessem definitivamente as dificuldades que vinha a sentir para engravidar. No entanto, e até ao final do mês de Janeiro de 2005, os resultados do tratamento pareciam ter sido infrutíferos. A ausência de novidades sobre a desejada e necessária gravidez de Letizia é, no mínimo, preocupante, ao mesmo tempo que ajuda a iluminar a razão pela qual, extemporaneamente, o príncipe Felipe declarou todo o seu apoio a uma eventual revisão da lei de sucessão ao trono espanhol (a célebre «lei sálica» presente no artigo 57.º da Constituição espanhola). A proposta de alteração desta disposição e a ausência de descendência, constituem problemas sérios do ponto de vista da instituição monárquica. Portanto, além da polémica, muito desgastante para a monarquia, sobre se o futuro Felipe VI deveria ou não desposar uma plebeia, adensam-se os receios de que o sucessor de Juan Carlos poderá não vir a dar um

herdeiro à Coroa, obrigando a que, em princípio, um dos filhos das infantas Helena ou Cristina possa um dia vir a ocupar o trono de Espanha. Para uma Casa Real que, desde o início da década de 1980, tem conhecido uma vida aparentemente pacata, parecendo ser capaz de dar um novo fôlego à instituição monárquica num país em que tal parecia altamente improvável durante grande parte do século XX, o futuro não se avizinha risinho (e não apenas por causa dos eventuais problemas de infertilidade da futura rainha). A instabilidade e a incerteza parecem estar em vias de regressar ao quotidiano do ramo espanhol dos Bourbons.

REGISTO HAGIOGRÁFICO

Neste contexto, e ainda que possa não ter sido essa a intenção, a biografia de Juan Carlos escrita por Paul Preston – historiador britânico da London School of Economics, autor de uma extensa biografia de Franco e de inúmeros estudos sobre a II República, a Guerra Civil e o franquismo –, constitui um autêntico bálsamo. Publicada em Londres e Madrid em 2003 foi, um ano depois, dada à estampa

em Portugal. Compreensivelmente alvo em Espanha de inúmeras e contraditórias críticas sobre o seu valor, este trabalho, além de uma sólida qualidade literária, caracteriza-se por ser um panegírico do monarca e por nada de realmente novo trazer sobre a vida de Juan Carlos: nem factos novos, nem interpretações novas. Por outro lado, se a extensa, mas não exaustiva, biografia de Franco escrita por Preston pode ser caracterizada como um libelo acusatório contra o caudilho, já o relato da vida de Juan Carlos assemelha-se, sobretudo, ao género hagiográfico, no seio da qual não seria difícil encontrar os méritos que poderão fazer com que um dia o Vaticano encontre as qualidades necessárias para canonizar o último dos Bourbons reinante no século XX. Isto porque desproporcionadas são as qualidades recenseadas do biografado. Juan Carlos, por exemplo, é apresentado como uma criança, um adolescente e um adulto que sacrificou toda a sua vida pessoal ao serviço de Espanha e da monarquia, como se não fosse isso que se deveria esperar de um príncipe e de um rei. Uma e outra vez, Preston aponta o facto, indesmentível, de Juan Carlos ter sido utilizado pelo conde de Barcelona, seu pai, e por Franco, numa intensa e dura luta pela conquista e pela manutenção do poder político em Espanha. Para o conde de Barcelona, Juan Carlos seria o instrumento que poderia ser mais útil nas suas ambições de poder vir a reinar. Para Franco, alguém que ajudaria, simultaneamente, à sua sucessão e a uma evolução de regime dentro daquelas que eram as suas grandes linhas ideológicas e, ainda, uma forma tanto de maximizar

como de neutralizar o poder e as ambições de monárquicos e de falangistas no seio do franquismo. E, no entanto, vistos estes e outros factos, a verdade é que as penas conhecidas por Juan Carlos ao longo da sua vida nada foram quando comparadas com aquelas de que foram vítimas outros reis ou príncipes. Os Braganças, por exemplo, por muito que se sacrificuem não vislumbram forma de ver restaurada a monarquia em Portugal. Os Romanov, por outro lado, além de assassinados pelos bolcheviques, tinham já aceite abdicar para salvar a coesão do Estado russo quando se tornou evidente o descalabro militar durante a guerra iniciada em 1914. Finalmente, comparado com as provações sofridas pelos Bourbons franceses em alguns momentos da Revolução de 1789, nada daquilo porque passou Juan Carlos, ou mesmo o conde de Barcelona, tem muito significado. Aliás, quando exilado no Estoril, D. Juan tinha objectivamente muito mais esperanças e muito mais possibilidades de ver restaurada a monarquia em Espanha, pelo menos na pessoa do seu filho, do que os antigos reis da Roménia ou de Itália com quem regularmente se cruzava e convivia. Daí que convenha sublinhar que as abundantes referências de Paul Preston ao sofrimento de Juan Carlos para poder vir a ser rei (e depois enquanto monarca reinante), contrariam aquilo que o próprio Juan Carlos terá alguma vez dito sobre o que significa reinar. «Para um político, o cargo de Rei é uma vocação pois gosta de poder. Para um filho de Rei, como eu, é outra questão diferente. Não se trata de saber se gosto ou não gosto. Nasci para isso e, desde a

minha infância, os professores ensinaram-me a fazer também coisas de que não gosto. Na casa dos Bourbons, ser Rei é um ofício.» Nesta afirmação, Juan Carlos é sincero e objectivo. Para dizer quase tudo sobre o que é e o que sempre pretendeu ser politicamente, bastava-lhe apenas acrescentar, o que não ficaria bem num monarca constitucional, que os Bourbons, e Juan Carlos não é excepção, gostaram sempre muito, e ainda gostam, do poder.

LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS

Mas além de exagerar a dimensão sacrificial na biografia política e pessoal de Juan Carlos – e isto não significa que não se lhe possa encontrar alguma –, vale a pena chamar a atenção para duas características estruturais do livro que põem a nu as suas principais limitações. Em primeiro lugar, a biografia utiliza um número muito limitado de documentos pessoais e políticos produzidos pela pessoa do rei, tanto durante a sua juventude como, sobretudo, na sua idade adulta – quer quando já se sabia que podia vir a ser ou já era o sucessor designado de Franco e o futuro rei de Espanha, quer quando passou a exercer as funções de Chefe de Estado. Em segundo lugar, Paul Preston dedica apenas, e incompreensivelmente, vinte e cinco páginas ao período da vida de Juan Carlos que vai de 1981 a 2002 – nada mais do que vinte e um anos –, tendo redigido mais do que quatrocentas sobre os primeiros cinquenta anos da existência do monarca. Poder-se-ia subentender a opção de pouco escrever sobre os anos posteriores a 1981 pelo facto de não existir documentação oficial disponível – uma vez que, por lei,

se encontra resguardada dos olhares do público por um período mínimo de trinta anos – e de ser muito difícil, ou até impossível, o acesso a fontes produzidas pela Casa Real e, claro, pelo próprio monarca. Simplesmente, ao longo de todo o trabalho é extremamente escassa a utilização deste tipo de documentação, apostando Paul Preston preferencialmente no recurso à imprensa, a correspondência política, a memórias e a diários publicados por intervenientes nas várias peripécias políticas que fizeram a vida de Juan Carlos. Por outro lado, se de forma limitada o autor se socorreu de material existente nos arquivos nacionais britânicos, nunca utiliza documentação capaz de clarificar suficientemente a evolução da questão monárquica em Espanha nas décadas de 1940 a 1970, e que poderia ter sido enriquecida através do recurso à documentação existente em arquivos públicos ou privados de estados que mantiveram uma relação estreita com aquele país, nomeadamente a França, Portugal e, sobretudo, os EUA. Tendo então recorrido para o período anterior a 1982, e com excepção da imprensa, a um leque reduzido de documentação produzida fora de esferas políticas e pessoais dependentes de Juan Carlos e de seu pai, causa um certo espanto que Paul Preston pouco ou nada escreva sobre o papel de Juan Carlos e da monarquia na vida política e social espanhola entre 1982 e 2002. Justamente um período em que não só abunda o tipo de documentação que utilizou para os períodos anteriores, mas, também, por se tratar de uma conjuntura em que, por um lado, a democracia espanhola se consolidou e amadureceu, a eco-

nomia cresceu e a sociedade mudou radicalmente mas, por outro, em que Juan Carlos continuou a desempenhar um papel importante – e não apenas protocolar – como consequência do peso político e social que adquirira durante o período de transição democrática e dos novos desafios que se têm colocado ao regime e ao sistema político e constitucional, sobretudo por causa do problema da evolução das autonomias – com sérias implicações constitucionais – e do terrorismo. Isto quando nas duas últimas décadas têm vindo à superfície uma série de aspectos da vida pessoal do rei que muito têm feito para que se intensifiquem suspeitas sobre a forma como tem utilizado o seu poder e influência. Uma vez por intervir politicamente muito para além das suas competências constitucionais, outras para constituir uma rede de amizades com ramificações no interior e no exterior de Espanha, nomeadamente no domínio financeiro, que são merecedoras de reparo e preocupação, uma vez que questionam os limites em que é legítima a acção do monarca, ao mesmo tempo que põem a nu a falta de instrumentos de fiscalização da acção do poder político num Estado democrático, nomeadamente ao tornarem claro que na democracia espanhola a acção fiscalizadora esperada por parte dos tribunais, do Parlamento ou dos *media* sobre a instituição monárquica é, afinal, bastante limitada.

LIGAÇÕES PERIGOSAS

Ao optar conscientemente por reduzir a umas poucas dezenas de páginas mais de vinte anos de exercício do reinado de Juan

Carlos, Paul Preston optou por se abster de submeter à sua perspicácia analítica as discretas mas graves suspeitas que correram e ainda correm nos *media* e nos bastidores da vida política espanhola em torno do grau de conhecimento que o monarca poderá ter tido na guerra suja levada a cabo pelo Estado espanhol contra o terrorismo etarra – o caso GAL. Ou ainda de explorar, com um mínimo de exatidão, as suspeitas que ciclicamente se levantam, mesmo na imprensa de referência, em torno das relações que o monarca e algumas figuras destacadas da sua corte mantêm com um mundo empresarial – espanhol e estrangeiro – reconhecido unanimemente pela sua opacidade, e que vão, ou foram, desde o banqueiro galego Mário Conde, proprietário do já desaparecido Banesto, até ao grupo de empresas de capital maioritariamente árabe – KIO –, forte investidor em Espanha na década de 1980 e que, no decénio subsequente, se tornou protagonista de um enorme escândalo financeiro internacional, mas cujas principais ramificações, além de partirem e terem origem em Espanha, mancharam indiscutivelmente a figura do monarca. Tudo aquilo que Preston nos diz sobre estas questões pode resumir-se a três ideias mestras. Em primeiro lugar, politicamente Juan Carlos não tem feito mais do que descansar, desempenhando o papel de rainha de Inglaterra. Seria, ainda segundo Preston, uma situação que Juan Carlos mereceria e que havia muito desejava poder usufruir, vista a agenda muito carregada e a tal vida de muito sacrifício que sempre tivera desde a adolescência, e que apenas a partir da subida dos socia-

listas ao poder poderá ter conseguido concretizar. Em segundo lugar, Preston considera que todas as figuras mais ou menos suspeitas do mundo dos negócios ou da política que se aproximam ou aproximaram do rei o fizeram em busca de favores mas que, em momento algum, puderam obter. Ora a ideia com que se fica é que este tipo de abordagens feitas ao rei e que, como Preston reconhece, em mais de um momento causaram fricções, mudanças e recriminações no círculo íntimo do rei, apenas foram levadas a cabo por haver o reconhecimento junto de certos meios de que era possível comprar favores a Juan Carlos ou a representantes oficiosos deste. Por último, a ideia de que Juan Carlos não tem tido nas duas últimas décadas – com a consolidação da democracia –, qualquer interferência na vida política espanhola, mantendo-se à margem de todas e quaisquer grandes decisões políticas, não apenas parece inverosímil à luz da Constituição, como estranhamente esquece três coisas. Em primeiro lugar, o rei tornou-se, pelo menos por via da sua própria longa e activa biografia política, num estadista inteligente, experimentado e interventor – o franquismo e a transição foram para Juan Carlos anos de aprendizagem e práxis política muito intensas. Em segundo lugar, a sua ligação histórica e política ao Exército e às forças de segurança interna espanholas é extremamente forte. Finalmente, todo o prestígio da Coroa e, até, a sua própria sobrevivência, estão dependentes da continuação da Espanha como Estado com características orgânicas não muito diferentes daquelas que estão consignadas na Constituição (sobre os pode-

res do rei, vejam-se os artigos do título II da lei fundamental). Este facto, por exemplo, dificilmente permite acreditar que Juan Carlos se tenha mantido totalmente à margem da luta política e militar ilegal levada a cabo para eliminar o terrorismo da ETA e executada durante a vigência de governos do PSOE ao longo da segunda metade da década de 1980. Preston parece querer demonstrar que, politicamente, o rei, como toda a família real espanhola, já só existe como reserva moral do Estado e como seu representante. Daí resultaria sempre um aumento do prestígio interno e externo da Espanha e/ou da monarquia, o reforço das instituições democráticas, o robustecimento da economia ou a consolidação de uma sociedade indubitavelmente complexa. Uma conclusão deste tipo, tal como é retirada por Paul Preston, só é possível se se ignorar apenas muito daquilo que se tem passado na política espanhola desde 1983 ou 1984, mas, sobretudo, esquecer aquilo que foi dito pelo próprio Preston acerca das qualidades políticas e o gosto pelo exercício do poder político que Juan Carlos adquiriu em crescendo desde meados da década de 1960.

FRANCO E JUAN CARLOS

De qualquer modo, há que sublinhar a, às vezes apenas aflorada pelo autor, influência pessoal e ensinamentos políticos que indiscutivelmente o jovem príncipe recebeu de Franco. Independentemente das características políticas e sociais que o franquismo foi adquirindo depois de terminada a II Guerra Mundial, dificilmente Juan Carlos poderia ter sucedido a Franco e o franquismo metamorfosear-se em

monarquia, sem a manifesta vontade política do caudilho (algo que Preston se recusa a aceitar). Paralelamente, deve ser sublinhado o facto de, ao longo de toda a sua vida política, tanto naquelas etapas em que não era claro que seria o escolhido, como durante a transição democrática, Juan Carlos se ter comportado acima de tudo como alguém que colocava a sua sobrevivência política acima de qualquer outra variável. Isso é claro em relação aos dois primeiros presidentes de o governo que serviram com Juan Carlos – Arias Navarro e Adolfo Suárez – mas também para figuras do seu círculo político íntimo, como López Rodó ou Torcuato Fernández-Miranda. Nesta mesma linha, e ainda que se tenha tratado de um acidente infeliz, a morte de Alfonsito com o projectil de um revólver disparado por Juan Carlos foi o primeiro acontecimento a marcar decisivamente a sua capacidade de assegurar a sua própria sobrevivência política. Se, por exemplo, Franco aproveitou o triste episódio para recordar a um seu interlocutor que o «povo não gosta de príncipes que não têm sorte», mais próximo da essência da questão em torno da morte de Alfonsito esteve a pergunta supostamente feita pelo conde de Barcelona a Juan Carlos logo depois de ter

coberto com a bandeira de Espanha o cadáver do filho que ainda segurava nos braços: «Jura-me que não fizeste de propósito.» Se não é crível que o futuro rei de Espanha tenha assassinado friamente o seu irmão mais novo, a verdade é que a morte deste deixava D. Juan sem quaisquer possibilidades de poder vir a escolher o seu sucessor no momento em que concluísse que o melhor para a causa monárquica em Espanha era a sua própria abdicação. Assim, e ao contrário do que compreensivelmente pensava Franco a propósito de tão trágicos acontecimentos, a morte de Alfonso foi do melhor que, politicamente, poderia ter acontecido a Juan Carlos: um golpe de sorte que reforçaria exponencialmente a possibilidade de vir a ter uma carreira política como rei de Espanha. Cerca de quarenta anos mais tarde, os casamentos das infantas Helena e Cristina e de Felipe, mais do que acontecimentos exclusivamente frívolos para observadores desatentos, foram o último grande exemplo do instinto de sobrevivência de Juan Carlos, desta vez não apenas como monarca mas como cérebro de uma das velhas e prestigiadas dinastias europeias. Em vez de *O Rei de Um Povo*, o subtítulo da biografia de Juan Carlos deveria ser *O Sobrevivente*. **RJ**

Um bom par de meses depois de este texto ter sido entregue para publicação, noticiou-se a gravidez da princesa das Astúrias e desmentiram-se, nomeadamente na TVE, os rumores que afirmavam ter Letizia sido submetida a tratamentos de fertilidade. O primeiro facto é verdadeiro e foi confirmado pela Zarzuela. Quanto ao segundo, é interessante notar que a sempre circunspecta Casa Real espanhola se preocupasse oficiosamente em desmentir notícias que não passavam de rumores.